

BOLETIM 431

Brasília, 18 de setembro de 2017

DIAP: orçamento de Temer para 2018 empurra Brasil ao caos

Afiado conhecedor do Congresso Nacional e do governo federal, o jornalista Antônio Augusto de Queiroz (Toninho), diretor de Documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), alerta sobre outro forte ataque do governo Michel Temer ao Estado brasileiro. Após examinar a proposta governamental do Orçamento da União de 2018, ele afirma enfaticamente: “O Brasil vai para a beira do caos”.

Para Toninho, os cortes em verbas de custeio e programas sociais significam abandono dos pobres e carregamento de recursos para os rentistas. Toninho diz: “Em vez de usar os poderes do Estado e do Orçamento pra promover inclusão e reduzir desigualdades regionais, o governo cuida da preservação de contratos, das propriedades e da moeda”.

Tragédia - Segundo Antônio Augusto de Queiroz, haverá menos recursos para a igualdade racial, os direitos das mulheres, o Bolsa Família, a reforma agrária e o atendimento aos índios. O impacto urbano também será drástico, pois o Ministério das Cidades cortará 86% nos seus recursos. Ou seja, a Pasta contará com apenas 14% do que teve este ano. “É tragédia”, ele diz.

Em entrevista à Agência Sindical, o diretor do Diap diz haver “uma opção deliberada do



governo no sentido de desproteger os mais vulneráveis”. Ele cita, como exemplo, a opção por canalizar os recursos arrecadados compulsoriamente da sociedade para os compromissos das dívidas interna e externa. Segundo o jornalista, isso afetará duramente o atendimento da população em demandas básicas por Educação, Saúde e Segurança.

Toninho alerta: “Há o risco concreto de o País parar e ocorrer um colapso do Estado brasileiro”.

Fonte: Agência Sindical

Deputados devem retomar discussão da reforma política esta semana

Esta deve ser uma semana de indefinição no Congresso. No plenário da Câmara dos Deputados, está prevista a retomada das votações sobre a reforma política. Esta será a sétima semana de discussão das propostas que mudam o sistema político para distritão em 2018, criam o fundo de



financiamento público de campanha e acabam com as coligações.

A denúncia contra o presidente Michel Temer por obstrução de Justiça e formação de organização criminosa não deve chegar à Câmara antes da quinta-feira (21), por decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal. Mesmo assim, a avaliação é que o assunto trave as demais discussões.

O deputado Arthur Maia, do PP, relator da reforma da previdência, disse que diante da denúncia, a negociação em torno das mudanças na aposentadoria vai seguir parada. A denúncia também deve atrasar o calendário de votação do projeto de lei orçamentária de 2018.

Os senadores podem se adiantar aos deputados e votar medidas que mudam as regras para as próximas eleições. Amanhã, eles devem analisar uma proposta que acaba com a propaganda política gratuita no rádio e na televisão e direciona o dinheiro que seria gasto com isso para o fundo público de financiamento de campanhas.

Fonte: Portal EBC

Plano de trabalho da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher deve ser apresentado na 3ª

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) deve se reunir nesta terça-feira (19) para a discussão do plano de trabalho, que será apresentado pela relatora, deputada Luizianne Lins (PT-CE). Também está prevista para o encontro a exposição das atividades do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) e a apresentação da pesquisa Violência doméstica e familiar contra a mulher realizada pelo DataSenado em parceria com o OMV.

Requerimentos de realização de audiências públicas, apresentados pela deputada Luizianne Lins, também devem ser deliberados na reunião. A deputada propõe que seja debatida a violência obstétrica, aquela praticada contra a mulher no momento do parto.

Um outro requerimento pede a discussão dos desafios e possibilidades da guarda compartilhada frente à realidade da violência doméstica.

A Comissão foi reinstalada no mês de maio com a eleição da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) para presidente e da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) para vice. Desde 2014, a CMCVM trabalha promovendo debates sobre o combate às formas de violência contra a mulher e a conquista e manutenção de direitos femininos.

Fonte: Agência Senado



Parecer sobre licença-maternidade em partos prematuros pode ser votado nesta quarta

A comissão especial que analisa mudanças na licença-maternidade em caso de bebê prematuro (PEC 181/15) reúne-se na próxima quarta-feira (29) para discutir e votar o parecer do relator, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP). A votação estava marcada para quarta-feira passada, mas um pedido de vista adiou a análise da proposta.

A PEC, do Senado, traz apensada uma proposta que já tramitava na Câmara (PEC 58/11), de autoria do deputado Dr. Jorge Silva (PHS-ES). Ambos os textos preveem que o tempo de licença de 120 dias seja ampliado, para garantir a convivência entre mãe e filho fora do hospital.

Aborto - A comissão especial poderá ainda incluir na Constituição uma regra clara sobre aborto. Criado em dezembro, o colegiado surgiu como resposta a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que eventualmente abrirá precedentes para descriminalizar o aborto realizado nos primeiros três meses de gestação.

Fonte: Agência Câmara

Empresa deve arcar com metade dos valores pagos a título de pensão por morte em caso de culpa em acidente de trabalho

A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) deu parcial provimento à apelação de uma empresa de eletricidade e negou provimento à apelação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), contra sentença que condenou a empresa ao pagamento dos valores relativos aos benefícios previdenciários concedidos aos dependentes de um homem que sofreu um acidente de trabalho na empresa.

O empregado, que era eletricista, realizaria desconexão de “estai” em poste de energia elétrica perto da rede energizada, o qual não se encontrava desligada no momento da consecução da atividade, não tendo o encarregado da empresa ter realizado prévio teste de ausência de tensão.

O INSS requereu parcial reforma da sentença recorrida. Já a empresa apelou alegando que o acidente decorreu de culpa exclusiva do empregado, excluindo qualquer responsabilidade de sua parte, pois o falecido possuía todos os cursos para atuação na área, tendo recebido adequado treinamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPI). A empresa também sustentou que o Seguro Acidente do Trabalho (SAT) pago pela empresa presta-se justamente a situações como a descrita nos autos, não havendo que se falar em ressarcimento ao INSS.

Para que exista o direito de regresso em favor do INSS, como salientado na sentença, faz-se necessária a comprovação de conduta negligente por parte da empresa ré, configurando ato ilícito, passível de responsabilização. Para a relatora do caso, juíza federal convocada Maria da Penha Fontenele, a conduta negligente da ré pode ser constatada pela Análise de Acidente do Trabalho, realizada por auditoras fiscais do trabalho, pois a instalação elétrica deveria ter sido desativada ou bloqueada no momento da realização do serviço.

A relatora salientou que tanto a prova testemunhal como a prova documental colacionada aos autos atestam que o falecido também contribuiu para ocorrência do acidente em que foi vitimado. Isso porque as testemunhas, de maneira uníssona, confirmaram que, apesar da experiência que ele tinha no trabalho e do emprego de equipamentos de proteção individual, ele se expôs desnecessariamente ao risco, tendo se aproximado de maneira indevida de chave elétrica que se encontrava aberta no local.

O Colegiado, por unanimidade, acompanhando o voto da relatora, negou provimento à apelação do INSS, e deu parcial provimento ao apelo da empresa de eletricidade, reconhecendo a existência de culpa concorrente da vítima, a fim de que a empresa seja responsabilizada apenas pela metade do benefício acidentário pago aos dependentes do falecido. Processo nº: 0003327-03.2011.4.01.4300/TO

Fonte: Jusbrasil



SINDICALISMO

A LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Mídia - Dieese lança dossiê sobre desafios do sindicalismo brasileiro

A edição de agosto da Revista Ciência do Trabalho, publicação semestral e bilíngue (português e inglês) da faculdade do Dieese, está no ar na plataforma issuu de publicações digitais. A publicação traz como destaque: o Dossiê Desafios do Movimento Sindical.

A revista ainda traça um panorama da ação sindical do Brasil no século 21 e um levantamento sobre as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho.

Fonte: Agência Sindical

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)